

## AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Mato Grosso do Sul teve na pecuária, na extração vegetal e na agricultura, as bases de seu desenvolvimento. Localizado ao sul da Região Centro-Oeste, em sua área territorial destacam-se as vegetações de cerrado e o complexo do Pantanal.

Na planície pantaneira, dada a alternância entre os períodos de cheias e secas, a vegetação é bastante diversificada, havendo espécies típicas de florestas, cerrados e campos. Na área que é inundada com freqüência, crescem gramíneas no período seco, que são utilizadas como pasto pelo gado, num sistema de criação típico do Pantanal. Nas planícies a noroeste e nas áreas de planalto a leste, segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, houve uma expansão agrícola que transformou Mato Grosso do Sul num dos maiores produtores de soja do País. De acordo com esse Censo, o Estado possui o maior rebanho bovino de corte do País, além de ser o maior produtor de soja e de milho. A indústria guarda estreita relação com a agricultura, com destaque para os setores alimentício e madeireiro.

**Tabela 122**

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupo de Área Total  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1995

Grupos de Área Total (ha)	Proporção do Número de Estabelecimentos (%)	Proporção da Área dos Estabelecimentos (%)
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 10 ha	18,6	0,1
10 a Menos de 100 ha	36,1	2,1
100 a Menos de 1.000 ha	31,3	19,4
1.000 a Menos de 10.000 ha	13,2	53,9
10.000 ha e Mais	0,8	24,5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os dados sobre a estrutura da distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso do Sul, segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, mostram uma elevada concentração no acesso à terra, com significativa redução, nos últimos vinte anos, no número e na área total das pequenas unidades. A forte concentração, tanto do número como da área dos

estabelecimentos agropecuários, se deu nos grupos de área total de 100 a menos de 1.000 hectares e de 1.000 a menos de 10.000 hectares.

Em 1995, 55% dos estabelecimentos tinham menos de 100 ha e controlavam apenas 2% da área total. No outro extremo, dos estabelecimentos com 100 hectares a mais, 45% do total de estabelecimentos controlavam 98% da área total. Os estabelecimentos maiores de 10.000 hectares correspondiam a 1% do total de estabelecimentos e controlavam 25% da área.

As mudanças nos últimos vinte anos podem estar relacionadas a eventos que se refletiram na evolução dos grupos de responsáveis pela exploração agropecuária. Segundo o Censo, houve acentuada expansão na proporção do número de estabelecimentos geridos por proprietários acompanhada na proporção da área, porém menos acentuada. Esta expansão se deu às custas das categorias de arrendatários e de ocupantes<sup>17</sup>. Quanto aos administradores a proporção do número de estabelecimentos geridos por este grupo aumentou, enquanto a proporção da área deste grupo apresentou queda, revelando que, em 1995, administradores geriam estabelecimentos, em média, menores que em 1975. Em 1995, 73% dos estabelecimentos agropecuários eram explorados por proprietários, que controlavam 56% da área total. Os arrendatários e ocupantes respondiam por 16% dos estabelecimentos e 3% da área, enquanto 12% dos estabelecimentos e 40% da área total eram dirigidos por administradores.

**Tabela 123**

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Condição do Responsável  
Estado do Mato Grosso do Sul

1995		
Condição do responsável	Número (%)	Área (%)
Proprietário	72,5	56,4
Arrendatário	6,2	2,4
Ocupante	9,4	0,6
Administrador	11,9	40,6

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

<sup>17</sup> As mudanças na categoria dos arrendatários, segundo o censo, foram decorrência do fato de que a expansão da agricultura comercial no Mato Grosso do Sul teve forte participação de arrendatários, os quais, com o passar do tempo, acabaram adquirindo terras e tornando-se proprietários. Na categoria dos ocupantes, as mudanças decorrem, em boa medida, do processo de consolidação da posse da terra (regularização fundiária).

Os dados do uso da terra do Censo Agropecuário 1995-1996 registraram que a área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Mato Grosso do Sul compreendeu 86% da área territorial do Estado (36 milhões de ha). A proporção da área aberta dos estabelecimentos foi de 58%, ou seja, 42% da área em estabelecimentos não tinha sido significativamente alterada, embora, em alguns casos, as pastagens naturais possam ter estado em uso. Chama a atenção na tabela abaixo o total da área com pastagens (plantadas e nativas) que representam 70% da área em estabelecimentos. Se considerarmos apenas as pastagens plantadas, estas representam 88% da área aberta, retratando a forte pecuarização do Mato Grosso do Sul.

**Tabela 124**  
Utilização das Terras, segundo Categorias  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1995

Categorias	Área (ha)
Número de Estabelecimentos	49.423
Área em Estabelecimentos	30.942.772
Área Aberta	17.814.849
Área em Lavouras	1.383.711
Pastagens Plantadas	15.727.930
Matas Plantadas	181.080
Área em Descanso	118.185
Área Produtiva, mas Não Usada	403.943
Pastagens Naturais	6.082.778
Matas Naturais	5.696.659
Terras Inaproveitáveis	1.348.486

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

As principais lavouras do Mato Grosso do Sul são as do algodão, do arroz, da cana-de-açúcar, do feijão, da mandioca, do trigo, do milho e da soja, com predomínio das duas últimas.

Segundo o Censo Agropecuário – 1995/96, o setor de lavouras apresentou tendência a redução da área, com a exceção da lavoura de milho que apresentou incrementos de área e de produtividade, gerando aumento significativo de produção. A soja, no que pese a queda da área cultivada, manteve quase inalterada a produção devido ao expressivo aumento do

rendimento médio, verificado também nas lavouras do arroz, do feijão, da mandioca e do milho.

**Tabela 125**  
 Área Colhida com as Principais Lavouras  
 Estado de Mato Grosso do Sul  
 1995-96

Principais Lavouras	Área (ha)
Algodão em caroço	48.799
Arroz em casca	59.947
Cana-de-açúcar	78.347
Feijão*	17.303
Mandioca	14.368
Milho em grão	416.684
Soja em grão	746.168
Trigo**	31.573
<b>Total do grupo</b>	<b>1.413.189</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

\* Todas as safras

\*\*O trigo é geralmente plantado no inverno, inverno, em áreas que antes eram cultivadas com soja

A tabela a seguir apresenta os efetivos dos três principais segmentos da pecuária do Mato Grosso do Sul. O grande número e o avanço dos efetivos de galináceos, segundo o Censo Agropecuário – 1995/96, resultou do impulso dinâmico fornecido pelos mercados do Mato Grosso do Sul e dos estados vizinhos e da penetração de tecnologias modernas no setor.

**Tabela 126**  
 Efetivos da Pecuária  
 Estado de Mato Grosso do Sul  
 1996

Efetivos	Cabeças
Bovinos	19.754.356
Suínos	508.813
Galináceos	10.971.000

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

A pecuária bovina do Mato Grosso do Sul volta-se principalmente para o corte. É uma pecuária extensiva, sendo que no período de realização do Censo – 1995-1996 – apenas 215 dos cerca de 34.702 estabelecimentos com bovinos usaram inseminação artificial, com acentuada concentração nos médios e grandes estabelecimentos. Assim, do total de 20 milhões de bovinos, 19

milhões se encontravam em estabelecimentos com mais de 100 hectares e 13 milhões em estabelecimentos com 1.000 hectares e mais.

Os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 mostram que ainda tem peso no Mato Grosso do Sul uma agricultura de baixo padrão tecnológico, onde convivem, lado a lado, uma agricultura moderna e de crescente tecnificação, e uma agricultura tradicional e pouco produtiva. Em 1995, cerca de 39% do total dos estabelecimentos tinham tratores, apenas 31% usaram fertilizantes (essa proporção aumenta para 50% se examinarmos apenas os estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção de lavouras), quase 63% dos estabelecimentos especializados em lavouras realizaram controle de pragas e doenças nas lavouras que cultivaram e 97% dos estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção da pecuária efetuaram controle de doenças nos animais. Cerca de 40% dos estabelecimentos recorreram à assistência técnica, sendo que 32% veio de fontes governamentais. De forma geral, observa-se que um número elevado de estabelecimentos utilizam agrotóxicos e medicamentos sem assistência técnica.

## **Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Meio Rural Sul-Matogrossense**

### ***Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)***

A análise dos dados mostra que o crescimento do número de pessoas ocupadas no total do Estado no período 1992-99 (1,6% ao ano, passando de 806 mil pessoas, em 1992, para 886 mil, em 1999) foi devido, exclusivamente, ao aumento das ocupações dos residentes urbanos em atividades não-agrícolas.

No meio rural o cenário foi bastante adverso, com queda no número de ocupados tanto nas atividades agrícolas (-1,0% ao ano) quanto nas não-agrícolas (-2,9% ao ano). No total, a PEA rural foi reduzida de 171 mil pessoas ocupadas, em 1992, para 155 mil, em 1999. A redução das ocupações agrícolas contrasta com o crescimento da área cultivada com grãos (algodão, soja e milho, principalmente) e da área com pastagens nos anos 90, o que evidencia que essas atividades expandiram-se significativamente, mas, devido ao padrão tecnológico adotado (muito mecanizado no caso dos grãos e de

caráter extensivo no caso da pecuária bovina), geraram ocupações em número insuficiente para empregar a população rural (e também a urbana, cuja ocupação na agropecuária caiu no período 1992-99).

**Tabela 127**

População Ocupada (1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1992-1999

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>806</b>	<b>789</b>	<b>835</b>	<b>836</b>	<b>859</b>	<b>873</b>	<b>886</b>	<b>1,6 ***</b>
Urbano	635	632	681	687	712	719	732	2,3 ***
Agrícola	79	79	88	72	76	66	81	-1,2
Não-agrícola	556	553	593	616	636	653	651	2,7 ***
Rural	171	157	155	149	147	154	155	-1,3 *
Agrícola	140	134	129	124	126	126	133	-1,0 *
Não-agrícola	31	23	25	25	20	28	21	-2,9

**Fonte:** Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

**Notas:** \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Por outro lado, a incipiente agroindustrialização da produção agropecuária e a ausência de grandes pólos urbanos demandadores de bens e serviços rurais são fatores que ajudam a explicar o fraco desempenho das atividades não-agrícolas. Note-se que a PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas sofreu redução, indo de 31 mil pessoas, em 1992, para apenas 21 mil, em 1999. Nesse ano, a PEA rural não-agrícola correspondia a apenas 14% da PEA rural total (esse valor era 18% em 1992). Ou seja, a maioria dos residentes rurais no Mato Grosso do Sul ainda está na dependência da agropecuária para obter emprego e renda.

O principal ramo de atividade na ocupação da PEA rural sul-matogrossense nos anos 90 tem sido a prestação de serviços, que praticamente manteve o número de pessoas ocupadas no período analisado. Em 1999, a prestação de serviços respondeu por pouco mais de 50% do total das ocupações (12 mil pessoas ocupadas).

Os demais ramos de atividade apresentaram comportamento muito oscilante e não foram opções promissoras para os residentes rurais que buscavam alternativa de emprego e renda nas atividades não-agrícolas ante a queda nas

oportunidades na agropecuária. Apesar disso, os ramos da indústria de transformação e dos serviços sociais tinham relativa importância.

**Tabela 128**  
População Rural Ocupada (1), segundo Ramo de Atividade  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1992-1999

Em mil pessoas

Ramo de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>-2,9</b>
Indústria de Transformação	5	4	7	4	3	5	-	-
Indústria da Construção	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	6	2	-	3	2	2	2	-
Prestação de Serviços	12	10	10	11	10	11	12	-0,6
Serviços Auxiliares	-	-	4	-	2	5	-	-
Transporte e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Sociais	5	3	2	4	4	2	3	-4,3
Administração Pública	2	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os dados sobre os setores indicam o pequeno número de atividades com número de casos na amostra da PNAD suficientes para a abertura com o número de ocupados. O principal setor é o de emprego doméstico, pertencente ao ramo da prestação de serviços. Em 1999, oito mil pessoas residentes no meio rural sul-matogrossense estavam ocupadas naquele setor (cerca de 40% do total das ocupações não-agrícolas). Além do emprego doméstico, ainda apareceram os setores de estabelecimentos de ensino público (três mil pessoas ocupadas em 1992, 1993 e 1996), lavanderia (duas mil pessoas em 1992), agenciamento de mão-de-obra (o pico de absorção foi em 1998, com cinco mil pessoas ocupadas) e restaurantes (três mil pessoas ocupadas em 1995 e duas mil em 1997). Muito provavelmente, as ocupações no emprego doméstico e nos restaurantes devem estar concentradas nas áreas do Estado com maior desenvolvimento do turismo rural e ecológico.

**Tabela 129**  
População Rural Ocupada (1), segundo Setor de Atividade  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1992-1999

Setor de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>-2,9</b>
<b>Subtotal</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>-4,3 *</b>
Emprego Doméstico	9	8	5	6	6	7	8	-2,4
Estab. Ensino Público	3	3	-	3	-	-	-	-
Lavanderia	2	-	-	-	-	-	-	-
Agenc. Mão-de-Obra	-	-	4	-	2	5	-	-
Restaurantes	-	-	3	-	2	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Entre as ocupações (profissões) não-agrícolas dos residentes rurais, também é muito pequeno o total de atividades em que foi possível a abertura do número de ocupados. Além dos serviços domésticos – que responderam por 20% dos ocupados em 1999 –, foram registradas apenas as ocupações de passadeira não-doméstica (duas mil pessoas ocupadas em 1992) e serviços por conta-própria (duas mil pessoas ocupadas em 1992 e 1997). Pode-se perceber que todas são ocupações inseridas no ramo da prestação de serviços.

**Tabela 130**  
População Rural Ocupada (1), segundo Ocupação Principal  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1992-1999

Ocupação Principal	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>-2,9</b>
<b>Subtotal</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>-9,0 *</b>
Serviços Domésticos	9	8	4	6	4	6	5	-7,1
Passadeira (Não-Domést.)	2	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Conta-Própria	2	-	-	-	2	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

### ***Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária – Sensor Rural***

As estimativas da Fundação Seade, que captam a demanda para as culturas presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA – IBGE),

mostram que a soja é a principal demandadora de mão-de-obra agrícola no Mato Grosso do Sul: em 2000, respondeu por 21,1% do total de equivalentes-homens-ano (EHA). O fato de a cultura da soja ocupar 58,1% da área total cultivada com as principais atividades indica o elevadíssimo grau de mecanização de todas as operações de cultivo, desde o preparo do solo até a colheita. Destaque-se que as principais áreas de produção de soja são a região de Dourados (área mais antiga de produção) e alguns municípios localizados mais ao norte do Estado, como por exemplo Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste e Costa Rica (área nova de produção).

A seguir, aparecem as culturas da cana-de-açúcar e da mandioca, com participações de, respectivamente, 18,6% e 18,4% do total de EHA demandados em 2000. A cana-de-açúcar é a terceira mais importante em área cultivada (6,3% do total em 2000, ficando atrás apenas da soja e do milho), sendo o município de Nova Andradina importante produtor e sede de usinas (que também aparecem na Região Sudoeste do Estado). A mandioca é cultura tradicional, com baixo padrão tecnológico, cuja produção é destinada, em grande parte, para a fabricação de vários tipos de farinha consumidos no Estado.

**Tabela 131**

Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1999-2000

Principais Culturas	EHA		2000 (%)	Área (1000 ha)		2000 (%)
	1999	2000		1999	2000	
<b>Total</b>	<b>63.448</b>	<b>59.472</b>	<b>100,0</b>	<b>1.978,3</b>	<b>1.893,3</b>	<b>100,0</b>
Abacaxi	83	68	0,1	0,2	0,2	0,0
Algodão Herbáceo	6.753	7.074	11,9	46,2	48,4	2,6
Arroz	3.832	4.057	6,8	68,9	66,1	3,5
Banana	3.194	2.750	4,6	4,4	3,8	0,2
Café	711	662	1,1	1,4	1,3	0,1
Cana-de-Açúcar	11.536	11.053	18,6	112,4	119,2	6,3
Feijão	2.594	853	1,4	32,9	10,8	0,6
Laranja	279	340	0,6	0,6	0,7	0,0
Mandioca	10.628	10.960	18,4	33,1	34,1	1,8
Milho	11.040	8.369	14,1	521,4	395,5	20,9
Soja	12.232	12.526	21,1	1.073,8	1.099,4	58,1
Sorgo	264	426	0,7	40,4	65,0	3,4
Tomate	34	27	0,0	0,2	0,2	0,0
Trigo	268	307	0,5	42,3	48,5	2,6

Fonte: Fundação Seade.

EHA = Equivalentes-homens-ano.

Ainda podem ser destacadas mais três culturas classificadas como grãos e oleaginosas: o milho, que respondeu por 14,1% do total de EHA e por 20,9% da área cultivada em 2000; o algodão herbáceo, com participações de 11,9% e 2,6%, respectivamente; e o arroz, responsável por 6,8% da demanda de mão-de-obra e por 3,5% da área. Das três atividades, o arroz é a menos tecnificada. As lavouras de milho e algodão, à semelhança da soja, já são cultivadas em sistemas modernizados e mecanizados. As principais regiões de produção dessas culturas praticamente coincidem com as de produção de soja.

É interessante observar a importância dos grãos e oleaginosas na área cultivada e na demanda de mão-de-obra agrícola no Estado do Mato Grosso do Sul. Somando-se as culturas de algodão, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo, nota-se que elas foram responsáveis por 56,5% do total de EHA e por 91,7% da área cultivada com as principais atividades em 2000.

O último destaque entre as culturas é a banana, que demandou 4,6% do total de EHA em 2000, em apenas 0,2% da área cultivada, mostrando ser muito intensiva em mão-de-obra. Nas tentativas para incentivar a fruticultura no Estado, a bananicultura tem sido a mais promissora em termos de expansão.

Na atividade pecuária, vale lembrar que o Mato Grosso do Sul tem o maior rebanho bovino de corte do Brasil. O fato de o Estado ter obtido o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação foi fundamental para a atividade, pois cerca de 80% a 90% da produção de carne do Estado destina-se às exportações. Atualmente, há 32 abatedouros no Estado, com capacidade para 15 mil cabeças por dia, cujo principal mercado consumidor é o Estado de São Paulo.

A bovinocultura de corte é, portanto, a principal atividade pecuária no Estado. Apesar de seu caráter extensivo ainda predominante, a atividade foi responsável por 27,4% do total de EHA demandados em 2000. Somando-se a ocupação nas atividades de reforma de pastagens – que foi de 57,4% pelo fato de as áreas serem muito extensas, tem-se que a pecuária de corte respondeu por quase 85% do total de mão-de-obra demandada no Estado.

A pecuária leiteira é menos importante do que a de corte e está mais concentrada na região do entorno de Campo Grande. Por ser mais intensiva

em mão-de-obra que a pecuária de corte, mesmo com menor importância demandou 13,8% do total de EHA em 2000.

**Tabela 132**  
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária  
Estado do Mato Grosso do Sul  
1999-2000

Pecuária	EHA		2000 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1999	2000		1999	2000
<b>Total</b>	<b>138.826</b>	<b>138.445</b>	<b>100,0</b>	-	-
Reforma de Pastagem (1)	79.426	79.426	57,4	1.572,8	1.572,8
Bovinocultura de Corte (2)	38.075	37.915	27,4	17.762	17.687
Bovinocultura de Leite (3)	19.421	19.135	13,8	495.520	488.232
Suinocultura (2)	1.548	1.609	1,2	557	579
Avicultura de Corte (2)	155	159	0,1	46.355	47.764
Avicultura de Postura (2)	201	201	0,1	776	776

Fonte: Fundação Seade.

EHA = Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

A produção de carne suína e a avicultura são atividades que estão crescendo no Estado, mas ainda têm peso muito pequeno na demanda de mão-de-obra (cerca de 1,5% em 2000). Os principais municípios produtores são os da região de Dourados (com destaque para Maracaju), além de Campo Grande e os municípios produtores de soja e milho localizados mais ao norte do Estado (Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste e Costa Rica). A associação da suinocultura e da avicultura com a moderna produção de grãos é um importante fator de competitividade para as agroindústrias instaladas no Estado. Há dois frigoríficos para abate de suínos em Dourados e vários abatedouros de aves (Aurora, Ceval e outras cooperativas estão com agroindústrias no Estado).

### Regionalização da Agropecuária

A regionalização da agropecuária no Mato Grosso do Sul está muito relacionada ao tipo de solo encontrado, esse é o principal mecanismo que caracteriza as regiões sul-mato-grossenses com relação ao seu desenvolvimento agrícola, pecuário ou turístico. O Estado possui 16% de seu território com solos formados de areia quartzosa, 50% estão cobertos por latossolo, outros 24% se encontram na área de inundação da bacia hidrográfica do Pantanal e os 10% restantes abrigam diferentes formações..

A importância da agropecuária e da agroindústria para a economia local pode ser exemplificada pelo peso desses dois setores no PIB estadual. A agropecuária é responsável por 25% do PIB, e a produção agro-industrial por 11%. Nesse mesmo período, o PIB do Estado saltou de R\$ 2,6 bilhões, em 1980, para R\$ 9 bilhões, em 1998.

O Estado possui muitos bons indicadores de desenvolvimento socioeconômico (IDH). No entanto, isso não se traduz na disponibilidade de mão-de-obra qualificada, que, muitas vezes, tem de vir de outros Estados, juntamente com o investimento industrial.

Na política de industrialização, a tentativa é deixar de exportar matéria-prima e passar a industrializá-la no próprio Estado, agregando mais valor à produção e criando mais postos de trabalho. O Mato Grosso do Sul aderiu à guerra fiscal entre os Estados na tentativa de atrair investimentos, concedendo isenção de até 67% na arrecadação de ICMS.

Por outro lado, os setores de energia e de transportes são um forte gargalo que o governo estadual busca enfrentar. Na tentativa de superar o problema o governo local está construindo três usinas termelétricas, uma em Campo Grande, outra em Corumbá (pelo desejo de desenvolver nessa localidade o pólo siderúrgico) e a última em Três Lagoas.

Na área de transporte rodoviário, o Estado, por meio do Fundersul (Fundo para o Desenvolvimento Rodoviário do Mato Grosso do Sul), tem projetado a construção de estradas vicinais que liguem os municípios a pelo menos uma importante estrada federal ou estadual.

O transporte ferroviário, segundo os entrevistados, piorou com a privatização da antiga ferrovia Central do Brasil, a qualidade do serviço caiu e os acidentes aumentaram. A chegada da Ferronorte aos municípios situados na divisa do Mato Grosso do Sul com Goiás - uma importante região produtora de grãos no Estado - aliviou, em parte, o problema do escoamento da produção de grãos daquela região.

Ainda no segmento do transporte ferroviário, o governo estadual busca viabilizar a ligação com o Porto de Paranaguá por intermédio da Ferrovia da Produção, que viria de Guaíra, no Paraná, até Aquidauana. Este último

município é um grande centro de produção de calcário, além de conter importantes reservas de granito e mármore.

No esforço de desenvolvimento da cadeia da pecuária de corte no Mato Grosso do Sul, o Estado já conseguiu tornar-se uma área livre de aftosa à base de vacinação.

Dentro da política de desenvolvimento do setor industrial, existe um esforço no Estado para atrair novos investimentos agroindustriais, tendo por princípio as cadeias produtivas, principalmente a da pecuária de corte (que inclui abatedouros, curtumes e calçados), do trigo, da soja e do milho.

Na agricultura o esforço tem sido no sentido de desenvolver a fruticultura, principalmente nos municípios situados no entorno de Dourados e de Campo Grande com a cultura da banana (Coxim e Campo Grande), do caju, da manga e do coco.

### ***Região Centro-Norte e Sul (Região da Agricultura)***

A região delimitada como agrícola no Estado do Mato Grosso do Sul é entrecortada pela pecuária, uma vez que é a qualidade dos solos que determina o tipo de atividade predominante - agrícola ou pecuária.

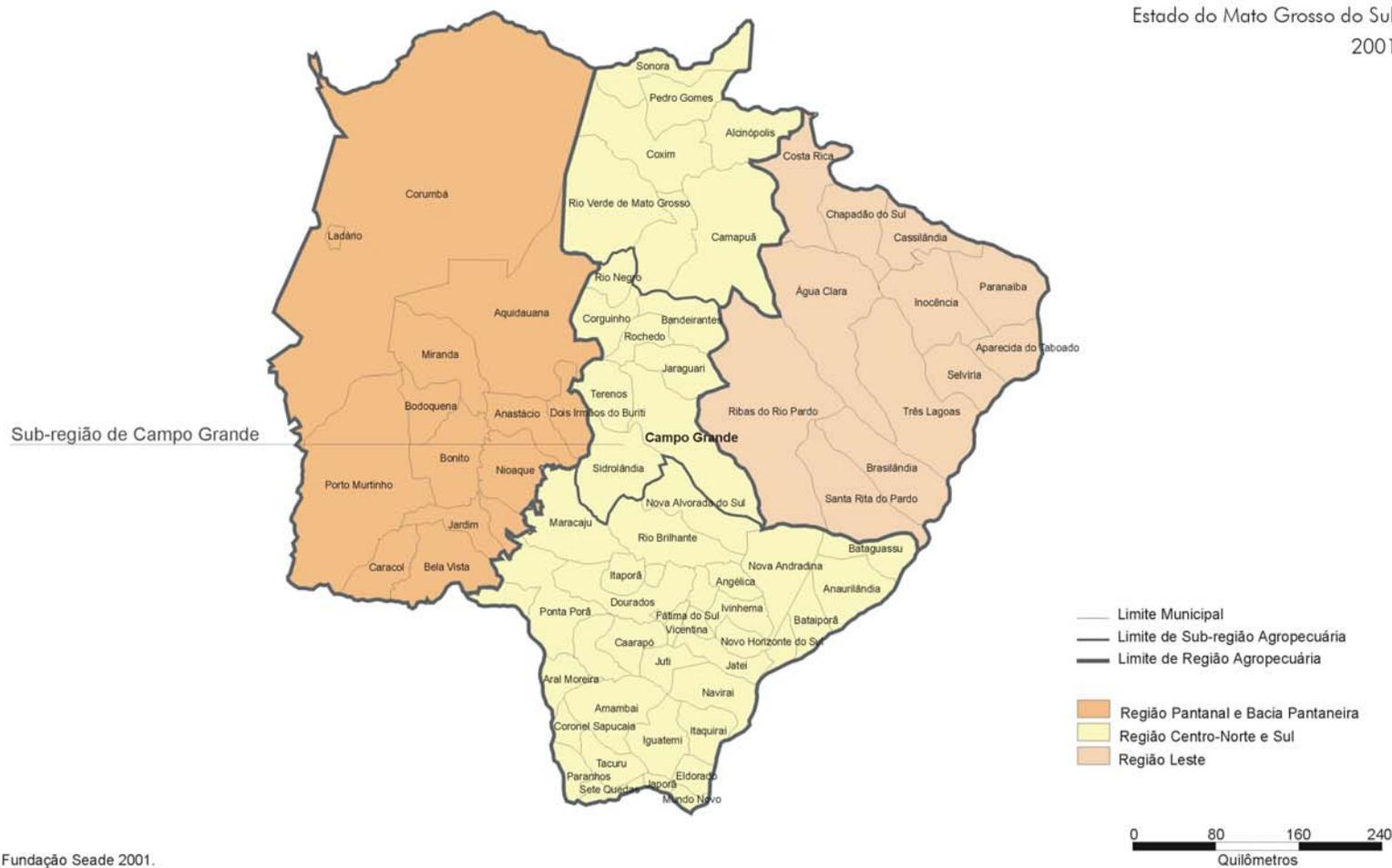
O marco da ocupação dessa região é a colônia de Dourados, que surgiu na década de 1940, durante o Estado Novo, a partir de um projeto de colonização organizado pelo governo Vargas - foram mais de 10 mil lotes de 30 hectares cada. A produção diversificada que caracteriza essa região é atribuída ao processo de colonização ocorrido.

A partir da década de 1970, a produção agrícola passa a ter maior desenvolvimento em função da leva de migrantes procedentes da região Sul do país com destino, principalmente, às regiões de São Gabriel do Oeste e Chapadão do Sul, ao norte de Campo Grande e no Norte do Estado, respectivamente.

# Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

**Mapa 6**

Regionalização da Agropecuária  
Estado do Mato Grosso do Sul  
2001



Fonte: Fundação Seade 2001.

Os dois municípios anteriormente citados respondem na atualidade por quase 50% da produção de milho e soja do Estado. A agricultura aí praticada é altamente mecanizada e consumidora de insumos, com produtividade de 7mil kg/hectare.

O grande volume e a diversidade dos grãos produzidos no Estado têm funcionado como elementos de atração de investimentos na produção de carnes de aves e de suínos. Para se ter uma idéia desse potencial, na safra 2000/2001, a produção de milho foi de 1,5 milhão de toneladas, enquanto o consumo local é de apenas 400 mil toneladas.

Com relação ao valores recebidos pela soja em grão existem dois aspectos que são fundamentais na formação dos preços. O primeiro, que atinge a todos os produtores, é a cotação internacional do produto, e o segundo é o gasto com o frete para o transporte dos grãos até o porto. Conforme informou o jornal a *Folha do Povo* de 21/04/2001, a variação cambial tem grande influência no custo final do frete; neste ano de 2001 o valor está por volta de U\$ 33 a tonelada e o seu valor histórico gira em torno de U\$ 25.

Dourados é uma região, que tem crescido em população, indústrias e agropecuária. Estima-se que, atualmente, existam em Dourados em torno de 600 mil cabeças de suínos. Esse município, juntamente com Maracaju, é o grande centro agroindustrial da Região Sul do Estado.

O governo do Mato Grosso do Sul tem promovido a criação de consórcios de municípios para juntos pensarem o desenvolvimento do meio rural. A primeira experiência piloto em desenvolvimento está localizada nas imediações de Dourados e envolve as cidades de Caarapó, Ivinhema, Angélica, Deodápolis, Novo Horizonte do Sul, entre outras.

A produção de leite mais tecnificada está localizada no entorno da capital, Dourados e Paranaíba. No entanto, ela ainda é insuficiente para abastecer a demanda interna. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, essas duas áreas são as que concentram a maior quantidade de agricultores familiares.

No sentido de fortalecer a produção da agricultura familiar, o governo estadual reproduziu no Estado o Prove (Programa de Verticalização da

Agricultura). Até o mês de fevereiro já haviam sido criadas em todo o Estado mais de 41 unidades agroindustriais familiares.

Foi na porção Sul da região agrícola do Estado que, durante a década de 1960, ocorreu a introdução da cultura da soja.

O governo tem desenvolvido políticas para evitar a perda de receita com a venda da soja e outros grãos sem beneficiamento (industrialização). O Estado identificou que nesse segmento, a partir da Lei Kandir, cresceu a sonegação fiscal com a venda de grãos (o se repete também com os bovinos de corte).

Em 1998, estima-se que o Estado tenha perdido um terço da receita com o ICMS que seria arrecadado com a venda da soja e que tenha acumulado prejuízo de R\$ 180 a R\$ 210 milhões com ICMS da carne bovina. Neste último caso, a perda de receita se deveu ao fato de São Paulo ter desonerado o ICMS da carne bovina. A desoneração do ICMS dos alimentos é ruim para as receitas do Mato Grosso do Sul uma vez que os produtos alimentícios são uma importante fonte de arrecadação de impostos e receita.

Inicialmente, a Lei Kandir representou um aumento de ganho de receita de U\$ 1,5 por saca de 60 quilos para o produtor. Porém, o advento dessa Lei associada à mudança no comportamento dos países desenvolvidos - que estão alterando a pauta de importação de produtos industrializados da soja e passando a importar somente o grão - levou ao fechamento de várias agroindústrias desse ramo.

Esse quadro gerou a uma concentração das indústrias esmagadoras no Estado; vários grupos locais quebraram e restaram somente as grandes: Cargil, Dreyfus, ADM e Bunge.

No Estado existe um esforço para a retomada da produção de trigo na região Sul principalmente em Dourados, atividade que havia praticamente desaparecido após o Plano Real.

Localizada nessa região, o município de Nova Andradina se destaca por abrigar muitos pequenos produtores, com uma agricultura diversificada, sendo também uma importante bacia leiteira, embora o Estado ainda seja importador de leite. Nova Andradina também possui o maior abatedouro de gado do Estado.

### *Sub-região de Campo Grande*

Essa é uma região de produção diversificada, abrigando o cinturão verde e parte da produção leiteira que abastece a capital. Destaca-se também pela produção de grãos.

Nessa região já é significativo o processo de surgimento de áreas no entorno da capital destinadas ao lazer e a uma segunda residência de fim de semana.

Segundo informou o jornal *Gazeta Mercantil* de 24/06/1997, ao lado de Campo Grande, no município de Terenos, está em desenvolvimento o Projeto Pacu, que, nos últimos dez anos, desenvolveu tecnologia de reprodução e engorda de várias espécies de peixes de água doce. Atualmente, o projeto domina a reprodução de 20 espécies brasileiras, como o pacu, dourado, peraputanga, curimatá, jurupoca, piauçu, mandi, jaú e pintado (cachara). A última grande conquista do projeto foi a reprodução em cativeiro do dourado principal peixe esportivo de água doce do país e que já está sendo comercializado.

Em Itaporã, nas imediações de Dourados, a Cia do Peixe produz e industrializa peixe de água doce. Em 1997, a empresa desenvolvia um projeto em que 50% da produção seria proveniente de parceiros do projeto com a intenção de cultivar duas espécies nobres, o pintado e a peraputanga, que têm rápida colocação no mercado, para dar suporte à produção em grande escala, *Gazeta Mercantil*, 24/06/1997.

O Projeto Pacu abastece pesqueiros e criatórios de várias regiões, com destaque para São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, localidades onde tem crescido o mercado dos pesque-pagues, *Gazeta Mercantil*, 24/06/1997.

### ***Região Leste (Região da Pecuária)***

Nos anos 70 o Estado viveu um forte processo de ocupação de seu território em função de uma série de programas governamentais. O principal deles foi o reflorestamento, que oferecia uma série de vantagens fiscais para as empresas que investissem nessa atividade. Isso ocorreu principalmente nas regiões de Três Lagoas e Águas Claras.

No entanto, quando terminaram os incentivos fiscais, essas áreas foram abandonadas e substituídas por pastagens de brachiária e pela pecuária de corte, pois seus solos eram muito pobres. Do pouco que restou do reflorestamento com eucalipto passou-se à produção de carvão. Ainda hoje existem extensas de reflorestamento ligadas aos grandes grupos produtores de papel e celulose, como o grupo Champion.

Nessa região já ocorreram muitos casos de trabalho infantil ligado à produção de carvão, mas um esforço de fiscalização, desenvolvido pelos governos estadual e federal, somado à concessão de "bolsa-escola", contribuiu para diminuir rapidamente esse tipo de exploração.

Atualmente, segundo informou Nassif - com base em estudo realizado pelo Grupo de Estudos de Agronegócios da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul sobre a cadeia produtiva de bovinos -, o Estado tem um parque produtivo potencialmente poderoso, mas fragilizado pelo anacronismo na gestão das propriedades e pelo vício de ainda considerar o boi reserva de valor (Nassif, 2000).

No Estado existem aproximadamente 50 mil produtores, com um patrimônio de R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões em terras e a parte restante em animais. No ano de 1997, o faturamento da pecuária foi de R\$ 1,9 bilhão e gerou 130 mil empregos diretos, confirmando o que vem sendo alardeado pelos institutos de pesquisa: que a pecuária, uma atividade que tradicionalmente ocupa pouca mão-de-obra, é atualmente um dos maiores empregadores no meio rural (Nassif, 2000).

O Mato Grosso do Sul possui 31 abatedouros de bovinos, supervisionados pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal), com uma capacidade de abate de 4,5 milhões de cabeças ao ano, com um faturamento de R\$ 300 milhões. Dos 31 abatedouros existentes, nove seguem padrões de exportação. No entanto, é baixa a agregação de valor aos subprodutos do abate: 30% abatem para terceiros; 40% são arrendados. Existe baixo nível de qualificação da mão-de-obra, e o pagamento da carne ainda se dá por peso, e não por qualidade (Nassif, 2000).

O estudo avança na proposta de soluções para melhorar a eficiência da cadeia em aspectos como qualificação de mão-de-obra; sustentabilidade da cadeia, com políticas de recuperação de solos e novas ações ambientais; gestão da informação, com cadastramento das informações da cadeia e valorização da carne sul-mato-grossense com a criação de um selo de qualidade a partir da certificação de zona livre de aftosa (2001) (Nassif, 2000).

Segundo informou o boletim do Sindicato Rural de Campo Grande, nos três primeiros dias após a suspensão do embargo à carne sul-mato-grossense foram enviados para o Estado de São Paulo 5.800 cabeças de gado, e o preço da arroba do boi começou a subir. No entanto, conforme informou o jornal *Gazeta Mercantil* de 20/03/2001, o aumento da venda para o Estado de São Paulo levou a uma diminuição do abate no Mato Grosso do Sul em torno de 30 mil cabeças, o que implica diminuição de impostos arrecadados.

A atividade da pecuária de corte traz como contrapartida uma forte degradação dos solos: dos 16 milhões de hectares plantados com pastagens, aproximadamente 10 milhões encontram-se degradados. O governo, dentro das discussões da organização da cadeia, está propondo para o presente ano a recuperação de pelo menos um milhão de hectares de pastos degradados.

Um dos agentes entrevistados considera que existe uma boa dose de sensibilidade para os problemas ambientais e a necessidade de sua conservação. No entanto, esse mesmo agente informou que uma maior conservação não ocorre porque os pecuaristas estão descapitalizados. Ainda assim alguns agentes entrevistados consideraram moderno este segmento pelo seu nível de integração com os frigoríficos exportadores.

Do total da área existente no Estado que pode ser dedicada às atividades agropecuárias, 6,3 milhões de hectares são de terras consideradas frágeis e sujeitas à desertificação. Outros 3,4 milhões de hectares são terras indicadas para a preservação ambiental e a exploração mineral e que no momento estão parcialmente exploradas por pastagens.

A atividade bovina também gera outros elos na cadeia, como é o caso dos curtumes: o Estado possui dez desses estabelecimentos, que processam em

torno de 15 a 16 mil unidades de couro ao dia, funcionando como um dos elementos para se tentar atrair grandes indústrias calçadistas.

No entanto, o Estado processa apenas o primeiro estágio da industrialização do couro, o *wet blue*, faltando avançar nas demais etapas, que são a do couro semi-acabado e acabado. Atualmente o setor calçadista é formado basicamente por pequenas indústrias locais.

O Mato Grosso do Sul tem como prioridade o desenvolvimento da cadeia produtiva de carnes, seja de aves, suínos ou bovinos.

Por estar situado na divisa dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, o município de Três Lagoas tornou-se o mais importante pólo de atração populacional e de investimentos industriais – como as confecções, que, por conta disso, têm aumentado a demanda por mão-de-obra especializada.

### ***Região do Pantanal e Bacia Pantaneira***

Essa região caracteriza-se pela pecuária de corte extensiva (em função das características do ecossistema do Pantanal, que fica inundado parte do ano), pela extração de minério de ferro (a segunda maior jazida do país) e de manganês (a maior do Hemisfério Sul) na região de Corumbá e Ladário; destacam-se ainda o calcário, o granito e o mármore, localizados próximos a Aquidauana, e o turismo, já explorado em toda a extensão do pantanal e nas imediações de Bonito.

O Pantanal concentra a maior parte dos assentamentos de reforma agrária, muitos sem vocação para a produção agropecuária. Esses assentamentos vêm sendo objeto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural alternativo, como o turismo e a produção agrícola a partir de espécies nativas da região.

No Mato Grosso do Sul existem 86 projetos de assentamentos distribuídos em 37 municípios e que envolvem um contingente de 12,8 mil famílias.

Com relação à assistência técnica nos assentamentos, a Federação de Trabalhadores da Agricultura afirmou que ela é falha - os poucos técnicos que

trabalham dentro dos assentamentos se dedicam mais à elaboração de projetos de financiamento do Pronaf.

Para o governo do Estado, o desenvolvimento do turismo é uma prioridade, tanto que está sendo construído um aeroporto internacional em Bonito. Nessa região o aumento de renda gerado por certos produtores rurais - em muitos casos superior ao obtido com as atividades agropecuárias - tem levado ao abandono de atividades como a pecuária.

No âmbito da região pantaneira, os municípios sul-mato-grossenses que mais recebem turistas são Corumbá, Miranda e Aquidauana. Desses três municípios, Corumbá se destaca também por sua arquitetura histórica do período colonial.

Há dez anos quase 100% dos turistas que visitam o Estado eram pescadores, mas esse percentual foi se modificando até chegar aos 30% de turismo de pesca, havendo o crescimento do turismo de aventura, de eventos, de lazer e ecoturismo, segundo informou a *Folha do Povo* de 21/03/2001.

As cabeceiras da região do Pantanal encontram-se no Estado do Mato Grosso. No Mato Grosso do Sul o principal tributário da Bacia do Pantanal é o rio Taquari, localizado na região onde é praticada a agricultura intensiva e mecanizada, e cuja maior parte da mata ciliar e das nascentes encontra-se assoreadas.

Somente 40% de toda a água que entra na bacia de inundação do Pantanal é drenada pelos rios que daí saem; o restante é evaporado. Esse intrincado sistema de filtragem natural faz do Pantanal uma mistura de grandes áreas de várzea, florestas tropicais e savanas, uma paisagem que muda conforme as diferentes estações do ano.

A discussão sobre a construção da hidrovía Paraná-Paraguai trouxe a constatação de que pouco ainda se conhece sobre a biodiversidade da região, o que torna difícil a elaboração de propostas sobre o uso sustentável desses recursos. Para se ter uma idéia, existe uma população de aproximadamente 32 milhões de jacarés e não se sabe quanto dessa população pode ser retirada.

Porém, após toda a discussão, uma coisa ficou bastante clara: segundo informou o biólogo Agostinho Carlos Catella, da Embrapa, a alteração no

traçado e no volume do rio Paraguai poderá alterar a reprodução das espécies de peixes endêmicas da região.

Atualmente, dentro do plano de desenvolvimento do turismo, o governo estadual mantém um grupo de pesquisadores avaliando o *status* das espécies mais pescadas e a capacidade de suporte de cada rio do Estado para regulamentar o fluxo de pescadores. No caso do rio Vermelho, por exemplo, só será permitida a pesca ecológica “pescue-e-solte”; no rio Miranda, há um limite de 15 quilos por pescador esportivo.

Com essas iniciativas o governo do Estado pretende promover a recuperação dos estoques pesqueiros do Pantanal, depauperados pelo excesso de pesca e pela poluição por esgotos domésticos, usinas de açúcar e resíduos industriais, segundo relatou Nilde Brun, superintendente de turismo do Estado, para a *Folha do Povo* de 21/03/01.

Existe uma falsa idéia com relação ao impacto do desenvolvimento das atividades agropecuárias sobre o meio ambiente, talvez em função da grande cobertura de mata natural e da extensa área de pantanal situada no Mato Grosso Sul a ponto de se acreditar que os problemas ambientais existentes no Estado são poucos. Esse pensamento pode ser bem exemplificado pela fala dos técnicos ligados ao planejamento, que afirmam que o fato de a ocupação do Estado ser mais recente leva a um menor impacto sobre o meio ambiente, o que por sua vez diminui os custos para as ações de proteção ao meio ambiente.

O mesmo ocorre quando se fala na preservação dos recursos hídricos: a problemática do assoreamento dos rios e do desmatamento de nascentes e matas ciliares é simplesmente negligenciada, segundo as informações veiculadas no jornal *Folha do Povo* de 22/03/01, no qual se afirma que as reservas hídricas do Estado são abundantes e o consumo é praticamente desprezível, e que por isso não existiriam motivos para introduzir a cobrança pelo uso da água.

Dada a relevância do turismo rural para o Mato Grosso do Sul, que pode ser combinado ou não com as atividades agrícolas, vale a pena uma descrição mais detalhada sobre suas modalidades.

O turismo não - combinado às atividades agrícolas é encontrada no município de Bonito, conhecido pelo turismo praticado nas nascentes de rios de águas límpidas, que propiciam a observação da fauna e da flora aquática (aquários naturais). Esse turismo é realizado, na sua maioria, em grandes propriedades rurais de exploração pecuária nas áreas de preservação permanente, que permitem ao turista desfrutar dos remanescentes de matas ciliares, das nascentes e dos cursos dos rios.

É uma atividade organizada numa cadeia composta por proprietários rurais, agências de turismo, guias e pousadas. Os proprietários rurais disponibilizam o acesso à área e oferecem aos turistas serviços como recepção (atendimento e informações, vestiários), fornecimento de equipamentos de mergulho, restaurante e lanchonete, lojas (venda de lembranças) e descanso (“redários”, salas) e lazer (piscina, quadras). O acesso à área é feito por trilhas, algumas pavimentadas com ripas de madeira e deques para observação. Nas margens dos rios podem estar disponíveis equipamentos de lazer aquático (carretilha tirolesa, pula-pula) e áreas para descanso.

As agências de turismo organizam e contratam os passeios com os proprietários rurais e guias. Os guias acompanham os turistas, informam sobre os procedimentos que devem ser observados durante o passeio e comentam sobre a flora e a fauna locais. As pousadas, geralmente situadas na zona urbana do município, encarregam-se exclusivamente da hospedagem do turista.

O preço<sup>18</sup> (com opção de refeição) e o horário das atividades são determinados pelo proprietário rural, bem como a duração do passeio e a quantidade de pessoas por grupo de turistas. Esse preço já inclui o pagamento da agência e do guia.

Os guias organizam-se em uma associação que, junto com a prefeitura, regula o exercício da profissão. As agências também se encontram associadas na busca de ações conjuntas que facilitem o fluxo de turistas e, principalmente, a relação com os proprietários.

---

<sup>18</sup> Os preços variam de R\$ 35 a R\$ 50 para passeios que duram de uma a duas horas em grupos de oito pessoas, geralmente.

A prefeitura local incentivou a criação de um Conselho Municipal de Turismo de Bonito, que procura articular e regulamentar as atividades dos agentes. Segundo um dos entrevistados, existem dificuldades na formulação de uma política de preços cobrados nos passeios: os proprietários das áreas turísticas majoram os preços sem uma definição dos repasses entre os outros agentes, bem como sem uma prévia avaliação dos impactos no fluxo de turistas.

A prefeitura, em conjunto com a associação de guias, regula a atividade desses profissionais por meio do fornecimento de uma autorização. A associação desenvolve uma política de formação dos guias, exigindo que eles tenham o nível médio concluído ou em conclusão para o exercício profissional, priorizando a população jovem local.

Há uma cadeia altamente especializada entre os agentes. Os proprietários rurais, apesar de os passeios serem distantes da cidade, não ofertam serviços de hospedagem. Isso decorre, segundo alguns dos entrevistados, de fato de que o proprietário também exerce funções de produtor rural e não tem interesse em assumir novas responsabilidades.

Para o manejo das áreas de turismo são mantidas equipes de funcionários (independentes das atividades agropecuárias), que incluem mão-de-obra para manutenção de trilhas e equipamentos e prestação de serviços, bem como pessoal mais especializado, como biólogos, para o monitoramento das áreas. Um exemplo é a nascente do rio Sucuri da fazenda São Geraldo - de 8.160 hectares, com 5 mil cabeças de gado nelore e 670 hectares de área de preservação permanente -, onde, segundo reportagem publicada pela *Folha de S Paulo*, 31/01/00, são empregados 25 funcionários na área turística e 12 trabalhadores na criação do gado. São atendidas mais de 1.500 pessoas mensalmente, gerando uma receita de R\$ 30 mil por mês<sup>19</sup>. De acordo com um dos entrevistados, a receita gerada pelo turismo na fazenda São Geraldo equivale a seis vezes a obtida na atividade agropecuária.

Mesmo quando a área de turismo não pertence a um proprietário rural e não é parte de uma fazenda, não são ofertados serviços de hospedagem. É o caso do Aquário Natural Baía Bonita, a sete quilômetros da cidade, que é o único

---

<sup>19</sup> Esses valores encontram-se defasados, visto que em um ano os preços sofreram reajuste de 100%.

lugar que não desenvolve nenhuma atividade agropecuária. A área foi vendida por um pecuarista que a considerava inútil. Segundo alguns dos entrevistados, o aquário recebe de 100 a 120 visitantes por dia, a um preço de R\$ 50 por pessoa. São disponibilizados ao turista os equipamentos de mergulho (roupa e máscara), estruturas de recepção e vestiário, sala com vídeo, restaurante e lanchonete (consumo - não incluso no preço), loja, piscina e equipamentos de lazer nas margens do rio (pula-pula e carretilha tirolesa). Os turistas são recebidos por funcionários do lugar, onde é confirmado o horário do passeio e o número de pessoas. Os visitantes encaminhados pela agência são, em seguida, apresentados ao guia – indicado pela mesma agência -, o qual se responsabiliza pelos procedimentos, informações e acompanhamento do grupo.

Outras atividades encontradas na região são os passeios em botes por pequenas corredeiras, em grutas e balneário (este último, bem como uma das grutas, em área pública de responsabilidade da Prefeitura de Bonito).

Nesse tipo de turismo observa-se que não há uma integração de atividades agrícolas e não-agrícolas. Mesmo as áreas de preservação permanente - onde se localizam as nascentes - não se integram com as áreas onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, tornando-se verdadeiras “ilhas” no interior das propriedades e deslocadas de um uso racional no que diz respeito às práticas preservacionistas a serem observadas no manejo das áreas rurais<sup>20</sup>.

Um turismo rural integrado com as atividades agropecuárias pode ser encontrado mais a oeste de Bonito (em direção ao Pantanal). No município de Miranda, por exemplo, existe uma fazenda produtora de arroz que realiza passeios de caminhão adaptado ao transporte de turistas, possibilitando observar as atividades agrícolas (plantio, colheita, sistema de irrigação, maquinários, etc.) e a fauna local; são promovidos, ainda, passeios em caminhão, a pé e em barco nas áreas de preservação (observação da fauna e flora).

---

<sup>20</sup> No exemplo da fazenda São Geraldo observa-se que a área de preservação está aquém do que determina a legislação (Código Florestal).

No Parque Ecoturístico da Bodoquena, com uma área de quase 10 mil hectares ocupada por duas fazendas, pode-se realizar passeios de canoa, de observação da flora e da fauna locais, bem como das atividades agrícolas associadas à pecuária. Trata-se de um turismo rural em que o visitante participa do cotidiano da fazenda, hospedando-se nela e tendo a sua disposição guias que ali residem.

### **Algumas Considerações sobre a Educação Rural no Mato Grosso do Sul**

O Estado do Mato Grosso do Sul não tem escolas técnicas e agrotécnicas federais. As observações descritas a seguir são resultado das entrevistas feitas com representantes da Secretaria Estadual de Educação e do Senar, que administrou a escola-fazenda estadual de 806 hectares, localizada no município de Aquidauana e conhecida por Cera. São considerações gerais sobre o ensino rural e que podem ser importantes subsídios para ações futuras no campo da educação técnico-profissionalizante. Inicialmente, será feito um breve histórico da escola localizada em Aquidauana (Cera).

Em 1991, o Senar – MS assumiu a escola, como gestor em parceria com o governo do Estado. Como primeira medida para reorientar o sistema educacional da escola, foi feita uma pesquisa de mercado para se avaliar qual era a demanda por profissionais na região. A pesquisa foi amostral e envolveu pequenos, médios e grandes produtores agropecuários, agroindústrias e demais empresas de comércio e serviços na região de Aquidauana, município sede da escola.

Os resultados foram muito interessantes e mostraram o perfil do profissional exigido pelas empresas pesquisadas:

- o profissional egresso do ensino técnico-profissionalizante precisaria ter conhecimento de uma segunda língua universal (inglês e espanhol, preferencialmente);
- o profissional necessitaria de conhecimentos em informática;
- o profissional teria que ter noções básicas (e concretas) de gerenciamento;

- o profissional precisaria estar disposto e receptivo ao processo de conhecimento contínuo e ser muito criativo;
- por último, mencionou-se o conhecimento técnico agropecuário do profissional: segundo as empresas pesquisadas, se o egresso da escola preenchesse os requisitos anteriores, o aprimoramento técnico, o treinamento e a reciclagem seriam feitos no interior das próprias empresas, de acordo com a sua realidade tecnológica.

Foi a partir dessa pesquisa de demanda que o Senar começou a reestruturar totalmente o sistema educacional na escola-fazenda de Aquidauana, com a introdução de cursos de informática e línguas, além de toda a reorientação do conteúdo programático dos cursos do ensino médio e profissionalizante. Isso, certamente, exigiu uma total reciclagem do próprio corpo docente da escola. Segundo o superintendente do Senar, a experiência de reestruturação da escola foi um sucesso até 1998, quando houve problemas para a continuidade da parceria e a administração da escola voltou para o governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Com isso, segundo o superintendente entrevistado, perdeu-se o trabalho de quase uma década na escola de Aquidauana.

Quando o Senar assumiu a escola, em 1991, ao redor de 90% dos 85 alunos eram de origem urbana. Ao final da gestão, em 1998, eram 360 alunos matriculados, sendo a maioria de origem rural e o custo era um terço do verificado em 1990. Essa alteração de perfil dos alunos deveu-se às mudanças no processo seletivo, que passou a contar com a participação das famílias dos alunos pleiteantes. Ficou definido que 40% das vagas seriam destinadas para filhos de produtores rurais, 40% ficariam para os filhos de trabalhadores rurais e 20% das vagas seriam de acesso livre. Desde 1991, já estava presente no horizonte da escola que era fundamental a formação dos alunos como empreendedores. A última opção seria o egresso ocupar-se como empregado, segundo o superintendente do Senar.

Essa orientação baseava-se nos fatos de que a agropecuária do Estado era pouco demandadora de mão-de-obra técnica, para os agricultores compensava contratar um agrônomo no lugar de um técnico agrícola pelo valor do salário pago e os órgãos públicos de pesquisa e extensão rural não estavam mais contratando pessoal.

Com a reformulação da LDB, a partir de meados dos anos 90 a escola separou o ensino médio do técnico profissionalizante (até então, eram concomitantes), mas manteve e reforçou a interdisciplinaridade das matérias básicas e aplicadas. É importante salientar que o superintendente do Senar manifestou-se contrariamente à eliminação do ensino médio na escola agrotécnica, pois a escola seria a principal alternativa para os filhos de agricultores e trabalhadores rurais conseguirem concluir o ensino médio.

Dentro das novas diretrizes do MEC em relação ao Proep, a Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul está disputando recursos para a implantação de seis centros de formação técnica, nas cidades de Campo Grande, Dourados, Aquidauana, Três Lagoas, Corumbá e Coxim, com cursos agrícolas e não-agrícolas definidos por pesquisas de demanda na região das escolas. Os centros prioritários são os de Dourados, Aquidauana e Três Lagoas, que estão recebendo (ou receberão) os novos investimentos em plantas (agro)industriais e necessitam de mão-de-obra técnica qualificada para atender à demanda das novas empresas.

Vale salientar que esses centros, se implantados, não oferecerão o ensino médio, apenas cursos técnico-profissionalizantes. A escolaridade exigida para esses cursos varia da seguinte forma: para os cursos técnico-profissionalizantes há exigência da conclusão ou concomitância do ensino médio na rede estadual; para os cursos básicos (normalmente modulares) não há exigência de qualquer escolaridade (é a chamada qualificação por competência reconhecida a partir da experiência profissional das pessoas).

Pode-se perceber que a proposta de criação dos centros de formação técnica está seguindo à risca os preceitos do Proep: não há ensino médio, não há internato dos alunos, os cursos (agrícolas e não-agrícolas) serão definidos a partir de pesquisa de demanda regional e há várias modalidades de cursos para os diferentes níveis de escolaridade dos pleiteantes à formação profissional.

Do ponto de vista da formação profissional para as cadeias produtivas do Estado, as prioritárias, segundo agentes entrevistados, seriam a de carne (bovina, suína e de aves), soja, milho, algodão, couro e turismo (que é atividade fundamental no Estado em função do Pantanal). Também foram

citadas as cadeias produtivas da piscicultura, da mandioca (por causa das feculares) e do trigo. No entanto, essa formação profissional não poderá deixar de priorizar a assistência e a orientação para a profissionalização da agricultura familiar e dos assentados rurais, que são um público muito significativo no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ainda considerando os trabalhadores rurais e os agricultores familiares, há demandas importantes para serem atendidas pelo ensino rural: eliminação (ou diminuição) do analfabetismo entre os adultos (que é muito elevado nos assentamentos rurais, principalmente); ampliação da oferta do ensino médio, pois em muitas localidades rurais só é possível ao aluno freqüentar até a oitava série do ensino fundamental (aqueles que desejam cursar o ensino médio têm de se deslocar até os centros urbanos); conteúdos programáticos que levem em consideração as diferentes realidades das áreas rurais do Estado e que tenham prioridade em valorizar a agropecuária e os agricultores familiares; assistência técnica e extensão rural adequadas às realidades e dificuldades dos assentamentos rurais e das propriedades dos agricultores familiares, que possuem sistemas de produção distintos da grande propriedade modernizada.

### **Bibliografia**

NASSIF, L. "A revolução da carne". Folha de S. Paulo, 23/10/2000.

BOLETIM INFORME AGROPECUÁRIO. "Festa na Acrissul comemora queda das barreiras". Campo Grande, Sindicato Rural de Campo Grande, mar. 2001.

DIÁRIO DO PANTANAL. "MS é o maior produtor de couro do país". Campo Grande, 23/03/2001.

FOLHA DO POVO. "MS lidera a alta da exportação no CO". Campo Grande, 23/03/2001.

FOLHA DO POVO. "Água será tema de audiência". Campo Grande, 22/03/2001.

FOLHA DO POVO. "Frete mantém preço da soja baixo em MS". Campo Grande, 21/03/2001.

- FOLHA DO POVO. "Estudo levanta o potencial turístico". Campo Grande, 21/03/2001.
- GAZETA MERCANTIL. "Piscicultura avança no Centro-Oeste". São Paulo: 24/06/1997.
- GAZETA MERCANTIL. "Demanda pressiona arroba do boi". Mato Grosso do Sul: 20/03/1997.
- GLOBO RURAL. "O delicado equilíbrio do Pantanal", s/d, p. 52-71.
- MATO GROSSO DO SUL. *Diagnóstico socio-econômico de Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, 1999, 87 p.
- MATO GROSSO DO SUL. *Perfil sócio-econômico dos municípios e características do Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, 1999, 333 p.
- MATO GROSSO DO SUL. *Plano de desenvolvimento da agropecuária de Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável, Superintendência de Agricultura e Pecuária, maio, 1999, 49p.
- MATO GROSSO DO SUL. *Programa da agricultura familiar*. Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável: Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, novembro, 1999, 18 p.
- O PORTA VOZ POPULAR. "Perspectivas para Mato Grosso do Sul: MS 2020". Anastácio, 15/03/2001.